

BREVES REFLEXÕES SOBRE A QUESTÃO RACIAL E O SERVIÇO SOCIAL: Um

debate acerca das implicações do racismo na atuação das/os Assistentes Sociais.

Carla Caroline Malcher Gomes¹

Lorena Sarmento Penha²

Letícia Costa de Carvalho³

RESUMO

Este artigo busca levantar reflexões acerca da questão racial e o Serviço Social e suas prováveis implicações no âmbito do exercício profissional. Para isso, busca-se partir da concepção de que a questão racial é um dos cernes para a discussão da questão social neste país, visto que o Serviço Social brasileiro precisa captar a movimentação do real, do concreto, que reverbera na situação social da população negra. Assim, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, a partir da perspectiva crítica marxista, para compreender como as relações sociais e raciais são determinantes na apreensão da totalidade das múltiplas expressões da "questão social" e esta compreensão crítica da realidade é imprescindível para a realização do trabalho profissional qualificado.

Palavras-chave: Questão racial, Serviço social, Atuação profissional.

ABSTRACT

This article aims to raise reflections about the racial issue and Social Work and its probable implications in the context of professional practice. For this, we start from the conception that the racial issue is one of the core for the discussion of the social issue in this country, since the Brazilian Social Service needs to capture the movement of the real, of the concrete, which reverberates in the social situation of black population. Thus, a bibliographical research was carried out, from the Marxist critical perspective, to understand how social and racial relations are determinant in the apprehension of the totality of the multiple expressions of the "social question" and this critical

³ Universidade Federal do Pará; Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPA); carvalholeticia531@gmail.com













¹ Universidade Federal do Pará; Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPA); carlamalcher.ufpa@gmail.com

² Universidade Federal do Pará; Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPA); lorenapenha3@gmail.com



understanding of reality is essential to reach a qualified professional work.

Keywords: Racial issue, Social service, Professional performance.

1 INTRODUÇÃO

O debate da questão racial sempre esteve presente em espaços sociais coletivos, como organizações e movimentos sociais que se estruturam e buscam enfrentar a questão no cotidiano de suas lutas, para pressionar o governo visando a inserção da "pauta" nas agendas públicas brasileiras, além deste espaço, a discussão tem ganhado espaço no campo científico através das produções acadêmicas.

No Serviço Social, observa-se uma ausência sobre este debate, embora nos últimos tempos tenham sido identificadas mais produções, como as campanhas produzidas pelo Conselho Federal da categoria, através do Conjunto CFESS/CRESS: "Assistentes Sociais no Combate ao Racismo". Consideramos que a discussão ainda esteja invisibilizada dentro dos espaços de formação profissional, o que produz consequências durante o fazer profissional das/os assistentes sociais, como apontam estudos, como o da professora Márcia Eurico Campos.

Por um lado, os/as profissionais conseguem perceber a desigualdade racial e descrever o racismo institucional e por outro existe uma dificuldade em concretizar o Código de Ética profissional, tornando abstratos seus princípios sem uma conexão com a realidade que a população negra vive. (ABEPSS, 2018, p.11).

Desta forma, este estudo busca levantar reflexões acerca da questão racial e o Serviço Social e suas prováveis implicações no âmbito do exercício profissional. Para isso, busca-se partir da concepção de que a questão racial é um dos cernes para a discussão da questão social neste país, visto que o Serviço Social brasileiro precisa captar a movimentação do real, do concreto, que reverbera na situação social da população negra e esta compreensão crítica da realidade é imprescindível para a realização do trabalho profissional qualificado.















Utilizaremos como fundamentação teórica e metodológica para a discussão sobre a questão racial e o trabalho profissional dos/as assistentes sociais, a aproximação com a tradição marxista, com diálogos entre produções oriundas do Serviço Social, através de seus teóricos, pesquisas realizadas por órgão regulamentador da categoria e de autores que dissertam sobre a questão racial. Este aporte teórico-metodológico contribui para a análise das categorias: Questão racial e atuação profissional de assistentes sociais, que são fundamentais nesta pesquisa, pois dialogam com as questões pautadas neste artigo.

Como abordagem metodológica da pesquisa, adotamos a revisão sistemática de literatura, desta forma realizou-se o levantamento bibliográfico que ocorreu nos portais de periódicos da Scielo e na Revista Serviço Social & Sociedade, com o intuito de aproximação com o conteúdo proposto. No mapeamento terminológico, utilizamos os seguintes descritores: Questão racial e Serviço Social, trabalho profissional da/o assistente social e racismo, Serviço Social e Racismo. No refinamento da pesquisa encontramos 12 trabalhos, entre artigos e dissertações, que discorrem sobre a questão racial e suas implicações no trabalho do/a assistente social.

É sobre esse lugar que queremos debruçar nossa reflexão, o exercício profissional de assistentes sociais. Utiliza-se como método de análise o materialismo histórico e dialético, além da pesquisa documental e levantamento bibliográfico, tomando como base os documentos da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e autores de referência do Serviço Social. Portanto, este estudo estrutura-se em introdução, seguida de dois tópicos: 1) breve histórico da questão racial no Brasil; 2) o serviço social e a questão racial; e a conclusão.

2 BREVE HISTÓRICO DA QUESTÃO RACIAL NO BRASIL

Os projetos de colonização obtiveram o impulso necessário para sua legitimação e o discurso racista da desumanização do negro, discurso que se













manifesta cotidianamente no Brasil, de forma impactante, através, das consequências econômicas, políticas, socioculturais, psicológica e da pauperização que atinge essa população especificamente (ALMEIDA, 2007).

As formas de convívio estabelecidas no continente africano durante o processo de colonização, entre os portugueses e a população negra, na condição de escravizada são muito semelhantes e influenciam as relações que se desenvolvem posteriormente em território brasileiro. A questão étnico-racial é produto fundante do capitalismo, forjada nos processos de colonização, espoliação, escravidão e de constituição social do Brasil.

É importante ressaltar que a escravização de homens e mulheres negras, implicou no fortalecimento do processo de acumulação primitiva realizado pelos países europeus. A colônia manter um comércio exclusivo com a metrópole, era um elemento essencial, para que fosse assegurado um mercado para as manufaturas que estavam em plena expansão, valorizando o processo de circulação de mercadorias e consequente valorização do dinheiro. (MARX, 2011).

Utilizamos como ponto de partida para este estudo o processo de abolição da escravatura negra, onde por quase 400 anos, onde homens e mulheres das mais diversas faixas etárias eram utilizados como mão de obra, onde eram vistos como coisas.

A sua humanidade foi esvaziada pelo senhor até que ele ficasse praticamente sem vercatilidade; a sua rehumanização só era encontrada e conseguida na e pela rebeldia, na sua negação consequente como escravo (MOURA,1983, p.124).

A partir do referido processo, aproximasse do Brasil a prática eugenista, tida como "estudo das raças que inferiorizava ou superiorizava indivíduos baseando-se nas origens, no século XIX" (TELLES, 2003, p. 43), por trás de um discurso pseudocientífico, que tinha a intenção de validar a dominação racial, com o intuito de desarticular ideologicamente e existencialmente a população negra. E como forma













de adaptar à realidade brasileira, os eugenistas tentaram reproduzir ideias de miscigenação racial, para fins de branqueamento da população.

Este processo também foi reproduzido através da divisão racial do trabalho, "reservando para o Negro apenas aquilo que o Branco, por uma série de razões, descarta ou despreza" (MOURA, p.127.1983), pois é injetado o trabalhador branco, assalariado, oriundo do continente europeu, que corresponde ao tipo ideal ao que as classes dominantes brasileiras idealizam e que também obtiveram concessões de terras para viver e produzir, passa então a população negra a condição de recém saído da escravidão a situação de subemprego ou desemprego e total desamparo, se consolidando à margem do trabalho assalariado.

Nos anos 30, Gilberto Freyre com o livro Casa Grande e Senzala, buscava interpretar a realidade brasileira, a obra é elaborada a partir do pensamento da "democracia racial brasileira", discorrendo sobre uma possível conciliação de raças, através das miscigenações, desta forma ocorreria a diminuição da distância entre brancos, negros e indígenas e as contradições existente seriam abrandadas. Pensamento envolto no contraditório, forjado no racismo e que ao mesmo tempo está em negação da existência do racismo. O mito da democracia racial é uma ideologia arquitetada para esconder uma realidade social altamente conflitante e discriminatória no nível das relações inter-étnicas (MOURA, 1988, p. 30).

O racismo no Brasil, enquanto uma construção sócio-histórica, traz consigo o preconceito e a discriminação racial, acarretando prejuízos à população negra nas diferentes fases do ciclo de vida, independente da camada social e da região de moradia. Reforça-se pela linguagem comum, mantém-se e alimenta-se pela tradição e pela cultura, ao mesmo tempo em que influencia a vida, a forma como as instituições se organizam e as relações interpessoais (LOPES e QUINTILIANO, 2007).

É o racismo estrutural a base que sustenta as discriminações raciais, o preconceito racial, o racismo institucional, a desigualdade racial, dentre outros













elementos que reforçam que "comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção" (ALMEIDA, 2018, p.38).

O que queremos enfatizar do ponto de vista teórico é que o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. Ainda que os indivíduos que cometam atos racistas sejam responsabilizados, o olhar estrutural sobre as relações raciais nos leva a concluir que a responsabilização jurídica não é suficiente para que a sociedade deixe de ser uma máquina produtora de desigualdade racial (IBID, 2018, p.39).

Contudo, desde as revoltas no período escravagista até o movimento negro contemporâneo e sua pluralidade de configurações, a população preta deste país, vem marcando a história com suas lutas sociais, cujas conquistas refletem-se, por exemplo, no conjunto de ações afirmativas implementadas no país desde a década de 1990, notoriamente à reserva de vagas no ensino superior, bem como a criação do Estatuto da Igualdade Racial ou a Política Nacional de Saúde da População Negra.

Almeida (2007, p.100), reafirma a importância da luta dos movimentos sociais e do movimento negro em construir uma sociedade com visões mais plurais.

As políticas de Estado dirigidas para reduzir a discriminação racial e a resultante segregação racial de facto são resultado, por um lado, de movimentos sociais em escala nacional, e, por outro lado, da internacionalização de lutas contra a segregação em países como a Índia, a África do Sul, os Estados Unidos e a América hispânica. (ALMEIDA, 2017, p. 100).

No entanto, alguns dos avanços alcançados pela população negra, esteve em processo de desmonte frente ao governo protofascista de Jair Bolsonaro, o desmonte ocorre de forma simbólica através das difusões de ideias que o racismo não é estrutural e nem estruturante desta sociedade e tratado de forma individual,













porém esse desmonte também ocorre quando os tomadores de decisão não declaram abertamente a intenção de acabar com a política e utilizam como táticas o desamparo, a desassistência, a não tomada de decisão, a negligência, uma vez que a declaração explícita pela opção do desmonte teria um alto potencial de politização do debate.

Desta forma, para pensarmos sobre as particularidades do fazer profissional do/a assistente social no Brasil, é necessário reconhecer a questão racial como aspecto fundamental ao desenvolvimento da questão social no país, e que suas consequências reverberam nos dias atuais, bem como reconfiguram- se com as estratégias do capital, relegando a esse segmento diversos de seus piores aspectos.

Nesse cenário, os assistentes sociais devem adotar uma atuação que dialogue com nosso projeto ético-político e que evidencie a superação do sistema capitalista, em busca de uma sociedade emancipada, para isso se faz necessário que compreender e reconhecer como a desigualdade racial e o racismo, tem papel estruturante nesta sociedade.

2.1 O serviço social e a questão racial

Podemos considerar que racismo, sexismo e o patriarcado, são eixos estruturantes e imbricados na sociedade capitalista e que determinam como as classes vão se relacionar no modo de produção, relações e de vida que são impostos por esse sistema e moldam a formação sócio-histórica brasileira (CISNE E SANTOS, 2018).

A luta de classes é um dos palcos dos antagonismos e conflitos racial, é o resultado possível de uma sociedade cujo a que lhe antecedeu foi uma sociedade escravista mercantil. Assim, pode-se afirmar "que o fator raça/cor é determinante para a exclusão ou inclusão dos indivíduos" (ALMEIDA, 2015, p. 313). Por esse













motivo, ao considerar a importância das classes sociais para o Serviço Social brasileiro, deve-se buscar compreender como o racismo orquestrou a divisão das classes sociais.

Não obstante, outro aspecto fundamental é a questão social, a base fundante da nossa categoria profissional e está intrinsicamente associada ao movimento de luta da classe trabalhadora, diante do pauperismo que advém com a consolidação do capitalismo, exigindo o reconhecimento dos seus direitos, por parte do Estado e é com o tratar da questão social pelo Estado, que vai surgir a necessidade das/os assistentes sociais, que seriam inseridos na lógica de executores terminais das políticas sociais (NETTO, 1996).

lamamoto e Carvalho (1985) compreendem que a questão social, no Brasil, surgiu diante da generalização do trabalho livre (assalariado) em uma sociedade que a escravidão marcou o seu passado recente. Como afirma Eurico (2011) às relações raciais não foram questionadas por muito tempo. O passado escravista recente do país e o processo de abolição que não integrou a população negra à cidadania livre e plena, proporcionaram reflexões importantes sobre os desdobramentos da questão social no Brasil.

Gonçalves (2018) aponta o quanto o Serviço Social em sua gênese contribuiu para reforçar o mito da democracia racial, atendendo às ideias da classe dominante.

Na gênese do Serviço Social, na década de 1930, esta população permaneceu escanteada. Diluída na condição de pobre e miserável, tornouse objeto de uma caridade que, mais do que flertar, estabeleceu ligações perigosas com a política eugenista do Estado brasileiro. Produto histórico das relações sociais, a profissão esteve estreitamente vinculada às ideias da classe dominante e reproduziu ou reforçou o status quo. (IBID, 2018, p.515).

A autora também refere que a relação do Serviço Social tradicional e a população negra é delimitada por questões, como o fato da profissão ter recebido influências eugenistas sob a justificativa moral de que era preciso melhorar a raça e também da categoria ter se visto sob a ótica da democracia racial, pontua ainda













que "os (as) primeiros (as) assistentes sociais não perceberam que o nó da questão social, núcleo elementar da profissão, residia justamente na ofuscada questão racial" (GONÇALVES, 2018, p.515).

No avançar da discussão, a profissão também começa a apresentar seu processo de desconstrução, o Serviço Social que temos atualmente não é o mesmo de sua gênese, visto que nesses mais de 80 anos de profissão, nos aproximamos de uma construção crítica em busca de um projeto político profissional emancipatório, para que avancemos cada vez mais, se faz necessário que o Serviço Social brasileiro precise captar a movimentação do real, do concreto, que reverbera na situação social da população negra.

Para captar o movimento real é necessário compreender a categoria mediação, como forma de entender a relação das dimensões universais e particulares, totalidade e singularidade, e como esse debate pode se relacionar com o fazer profissional. Pontes (2000) explica que se trata de uma categoria objetiva e ontológica, e independente dos sujeitos, deve estar presente em qualquer realidade.

A mediação é uma das categorias centrais da dialética, e é que "[...] nos instrumentaliza metodologicamente para vencer a força inercial que nos prende colados a imediaticidade, permitindo-nos o movimento que ascende dos fatos (abstrato) ao real mediatizado (concreto pensado)." (PONTES, 2000, p.11).

O autor reflete que a categoria mediação, compõe a realidade, trata-se de uma ontologia do ser social, e presume sempre se colocar diante de um tipo de ser, e não em conceitos ideais, voltada para os processos de produção e reprodução da vida humana, a sua sustentação é dada pela relação homem-natureza. Prioriza a ontologia do ser social sobre a consciência, porque é o ser social que determina a sua consciência, e não o contrário. Traz a compreensão da totalidade enquanto um grande complexo constituído por complexos menores (PONTES, 2000).

A mediação, enquanto categoria, é um caminho para a compreensão do debate étnico-racial no caráter prático-interventivo da profissão, ou seja, oferecerá para a/o













assistente social fundamentos para reflexão sobre o racismo na vida social. A dimensão reflexiva da mediação compreende a necessidade de ultrapassar a imediaticidade. Nesse sentido, o cotidiano profissional da/o assistente social é permeado pela superficialidade da vida cotidiana, onde o pensamento hegemônico da sociedade capitalista se apresenta de forma fragmentada, e a tendência é a naturalização dos fenômenos sociais.

Pontes (2000) indica que as bases que apoiam o processo de reconstrução de mediações na intervenção profissional são: singularidade, particularidade e universalidade. Sendo assim, nota-se a possibilidade de uma mediação que leve em consideração os elementos de produção e reprodução do racismo estrutural e institucional na sociedade brasileira.

O autor compreende que a singularidade incorpora a aparência, a qual referese a imediaticidade das demandas que chegam para a/o assistente social, que são aqueles considerados problemas individuais, familiares, comunitários e organizacionais, compreendidos como as demandas institucionais. Quanto à particularidade, entende-se o como o campo das mediações, como o lugar de reconstrução do objeto de intervenção profissional, que envolve as relações sociais, o espaço-tempo, a história e a cultura. Já a universalidade, tida como o macro, é composta pelas leis tendenciais, que incorpora as demandas sociais, referente à divisão social do trabalho, as relações sociais capitalistas, às políticas sociais, a relaçõe capital e trabalho e as demais determinações.

Essa explicação dos pressupostos da mediação é a chave para a compreensão da relação das duas dimensões do racismo no cotidiano e fazer profissional, tendo como eixo central a necessidade de incorporação do racismo como demanda profissional, que chega principalmente nas dimensões institucional e estrutural, e que podem direcionar todo o processo do trabalho da/o assistente social.

Se faz necessário que a categoria profissional, possa interpretar a realidade















de forma crítica, compreender a formação sócio histórica brasileira, para a partir dessa compreensão, os/as assistentes sociais possam buscar resoluções para compreender, de fato, quem é o/a usuário/a que se apresenta no movimento real do cotidiano.

Por fim, Cisne e Santos (2018, p.160), ressaltam a importância da incorporação da perspectiva de raça, gênero e classe no serviço social, afinal o público usuário das políticas públicas é majoritariamente composto por mulheres, e mulheres negras. A compreensão dessas particularidades é um compromisso do assistente social com o público usuário das políticas públicas, visando o rompimento com todas as formas de opressão e o melhor enfrentamento da "questão social".

3 CONCLUSÃO

Conclui-se, que o passado recente do país, foi a base da formação do sistema capitalista brasileiro e possibilitou que o racismo tornasse um eixo estrutural e estruturante, que passou a ser institucionalizado pelo Estado. Nesse sentido, o Serviço Social em sua gênese não ficou isento de ser influenciado, como a sociedade e as instituições públicas e privadas, pelo racismo e seus mecanismos de produção e reprodução. Identifica-se que no processo de construção desta categoria houveram muitas limitações, mas também há muitos avanços como a construção de legislações que baseiam um projeto ético-político.

Desta forma, a compreensão da realidade, é um movimento necessário para auxiliar na construção de possibilidades, que visam a objetivação de valores democráticos, fortalecimento dos direitos humanos que objetivam romper com a ordem opressiva do capital e do racismo. É necessário romper com a falsa democracia racial e enfrentar o racismo que se apresenta como demanda urgente e histórica para esses profissionais.

É necessário que o Serviço Social brasileiro seja um espaço de reflexão e combate ao racismo e para isso, necessita compreender o sistema escravista como











objeto de análise, sendo assim, partimos dos ensinamentos oriundos do continente africano, através do Adinkra *Sanfoka* que nos diz que é *necessário retornar ao passado para ressignificar o presente e construir o futuro,* para que no Serviço Social possamos olhar ao passado (o processo de formação social do país), para ressignificar o presente (dando voz e visibilidade a população negra) e construir um futuro mais justo e igualitário junto a classe trabalhadora, seguindo os preceitos do projeto ético político da profissão, objetivando a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Subsídio para o debate étnico-racial na formação em Serviço Social. Vitória. Ano 2018. Disponível em:

http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf. Acesso em 8 de julho de 2022

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. Lutas Sociais, desigualdade social e discriminação racial. Critica Marxista. 1 ed. 2007, ISSN 0104-9321.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALMEIDA, Sheila Dias. **Serviço Social e Relações Raciais: caminhos para uma sociedade sem classes**. Revista Temporalis. v. 15. n. 29. Brasília: ABEPSS, 2015.

Cisne, Mirla; Silvana Mara Morais dos Santos. *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social*. Cortez Editora, 2018.

GONÇALVES, R. **Quando a questão racial é o nó da questão social**. R. Katál., Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018 ISSN 1982-0259

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1985.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2012. IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. POLÍTICAS SOCIAIS. acompanhamento e análise. Brasília: Ipea, 2021.

LOPES, F.; QUINTILIANO, R. Racismo institucional e o direito humano à saúde. *Democracia Viva*, Rio de Janeiro, n. 34. jan./mar. 2007. Disponível em:













http://www.ibase.br. Acesso em 11 de julho de 2022.

MARX, Karl. A chamada acumulação primitiva. In:______. O Capital: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital. 25ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, vol. 2, 2011, p. 827-877.

MOURA, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. Rio de Janeiro: Conquista, 1983

_____. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. Afro-Asia, n.14
p 124- 137.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós6. 16ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Capitalismo monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2005.

PONTES, Reinaldo Nobre. A CATEGORIA DE MEDIAÇÃO EM FACE
DO PROCESSO DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL. In.

http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/rafaela.ribeiro/instrumentos-e-tecnicas-de-intervencao/pontes-r-mediacao-e-servico-social. Acessado em 06 de julho de 2022.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira:** uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Dumará, 2003.











